



**PROTOCOLO DE CONSULTA DAS
COMUNIDADES DE TINHARÉ E BOIPEBA**

**Liberdade e Direitos: Juntos
Somos Força e Resistência!**

Expediente

REALIZAÇÃO

Comunidades Quilombolas e Pesqueiras das Ilhas de Tinharé e Boipeba

EQUIPE DE PESQUISA E ASSESSORIA

Antônio Bispo dos Santos Junior

Ariel Pereira Santos Gomes

Daniela Bento Alexandre

Eduardo Álvares da Silva Barcelos

Juliana dos Santos Silva

Maria José Honorato Pacheco

Raimundo Marcos Souza Brandão da Silva

Rosana D'ajuda de Souza

PROJETO GRÁFICO

Daniela Bento Alexandre

FOTOS

Arquivo do CPP e Comunidades Quilombolas e
Pesqueiras das Ilhas de Tinharé e Boipeba

P967 Protocolo de consulta das comunidades de Tinharé e Boipeba: liberdade e direitos: juntos somos força e resistência! [recurso eletrônico]./ Realização: Comunidades Quilombolas e Pesqueiras das Ilhas de Tinharé e Boipeba (Cairu - BA); equipe de pesquisa e assessoria: Antônio Bispo dos Santos Junior, Ariel Pereira Santos Gomes, Daniela Bento Alexandre ... [et al.]. Paulo Afonso, BA: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH, 2026.

Recurso online (20 p.) : il. color., pdf.

ISBN: 978-65-5732-108-9

Disponível em: <https://www.sabeh.org.br/cartografias/>

1. Quilombos de Tinharé e Boipeba – História e resistência. 2. Pescadores artesanais – Direitos. 3. Protocolo de consulta e defesa territorial. 4. Conflitos socioambientais. 5. Comunidades tradicionais – Direitos e resistência. I. Santos Junior, Antonio Bispo. II. Comunidades Quilombolas e Pesqueiras das Ilhas de Tinharé e Boipeba. III. Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP). IV. Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH. V. Título.

CDU: 323.12(813.8)

CDD: 305.8

Ficha catalográfica elaborada por Maria de Fátima Santos de Lima

Bibliotecária-Documentalista CRB – 5/ 1801




Apresentação

QUEM SOMOS E O QUE NOS UNE



Nós somos a união das comunidades Moreré, Boipeba, Batateira, Garapuá, Zimbo, Toque da Gamboa, Galeão, povos das águas, das matas e do mangue que integram o arquipélago de Tinharé e Boipeba. Somos quilombolas, pescadores, pescadoras, marisqueiras, artesãos e extrativistas que, para além das fronteiras de nossas vilas, nos encontramos unificados por uma consciência comum: a de que nossa existência é um ato de resistência política. Não nos apresentamos apenas como moradores de um território, mas como seus legítimos guardiões, unidos pela defesa intransigente de um chão que pertencemos e não aceitamos ver transformado em mercadoria.



Nossa identidade é forjada na busca pela liberdade plena, o direito inegociável de viver conforme nossos próprios saberes e ritmos, protegendo nossa autonomia contra a exploração que tenta nos expulsar do território e desrespeita nossos costumes.

Compreendemos, com a sabedoria de nossos ancestrais, que vivemos uma guerra secular em defesa do território. Esta não é uma disputa recente, é o desdobramento de uma luta histórica contra o apagamento e a expropriação que, sob novas faces e projetos, continua tentando silenciar nossa voz. Por isso, nos organizamos como um só corpo para estabelecer este Protocolo de Consulta, afirmando que nossa união é o escudo que garante que o futuro de nossas ilhas será decidido por nós, e por mais ninguém.

Nossas comunidades se organizam em reuniões sistemáticas, grupos de estudos, assembleias comunitárias, articulações entre as sete comunidades e integram movimentos sociais de defesa de direitos. A resistência gerada por nossa luta tornou-se um símbolo nacional das comunidades tradicionais contra o turismo de massa, a especulação imobiliária e outros projetos econômicos excludentes e predatórios. Nesse sentido, o Protocolo de Consulta, se apresenta como mais uma ferramenta de luta de nossas comunidades.

O nosso processo de tomada de decisão é soberano e segue ritos específicos para garantir a transparência e a autonomia das comunidades envolvidas.

Embora o cenário seja paradisíaco, nós, moradores, enfrentamos o que especialistas chamam de "nova colonização", onde o capital turístico e imobiliário colide frontalmente com o modo de vida tradicional.

1. O Avanço da Especulação Imobiliária (Megaempreendimentos):

Trata-se do conflito mais grave. Projetos de resorts e condomínios de luxo se instalam e grilam áreas vastas do nosso território. Isso gera o cercamento de caminhos e instalação de guaritas em áreas ancestrais e até em faixas de praia, impedindo o livre acesso dos moradores às fontes de água, roças, mangues, rios, praias, lagoas, áreas de pesca, áreas de extrativismo, coleta de ervas e frutas, dentre outros essenciais ao nosso modo de vida.

2. Gestão de Resíduos e Saneamento:

O crescimento desordenado do turismo de massa sobrecarrega a infraestrutura frágil das ilhas.

Lixões a Céu Aberto impactam o território que enfrenta recorrentes crises na coleta de lixo, gerando acúmulo de resíduos em áreas de Mata Atlântica, longe dos olhos dos turistas, mas afetando diretamente o ecossistema local.

Água potável e energia elétrica: o crescimento populacional gerado pelos grandes empreendimentos está impactando negativamente a oferta de água potável e energia elétrica para os moradores;

3. Poluição dos Mananciais:

A falta de saneamento básico associado à ocupação desordenada causada por grandes empreendimentos, provoca o despejo de esgoto em rios e manguezais, comprometendo a qualidade da água e a saúde dos bancos de mariscos e outras áreas de pesca. Isso diminui a renda e implica em riscos de saúde dos pescadores.

4. Impactos sobre o ambiente marinho costeiro:

O modelo de turismo predatório avança sobre os recifes e sobre o mar, causando graves impactos sócio ambientais no ambiente costeiro marinho.

5. Impactos da mineração:

A exploração de petróleo, gás e minerais coloca em risco a sustentabilidade ambiental e econômica dos territórios tradicionais;



6. Desmatamento:

O desmatamento no bioma mata atlântica (restinga, manguezais, apicuns etc) e implementação e implantação de monocultivos e introdução de espécies exóticas, coloca em risco a sustentabilidade dos territórios tradicionais.

7. Conflitos fundiários:

A sobreposição de interesses econômicos com áreas de uso das comunidades tradicionais gera risco de desterritorialização e promove conflitos fundiários intensos com ameaças aos direitos humanos. As comunidades lutam pelo reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação definitiva de seus territórios. Observa-se também a omissão do Estado frente à regularização dos territórios e garantia de direitos básicos e políticas públicas.



MAPA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E PESQUEIRAS DAS ILHAS DE TINHARÉ E BOIPEBA



Do Arquipélago de Cairu - BA

Batateiras - Boipeba - Galeão - Gamboa - Moreré - Zimbo - Garapáa

O arquipélago de Cairu e , na Bahia, é formado por mais de 20 ilhas — incluindo Tinharé e Boipeba — e destaca-se por sua biodiversidade, remanescentes de Mata Atlântica e patrimônio histórico colonial. Essa herança reflete-se na ocupação social da região, que abriga diversas comunidades tradicionais, predominantemente pesqueiras e quilombolas.

Este Mapa das Comunidades sintetiza as oficinas realizadas em seis dessas comunidades. O mapeamento teve como objetivos: delimitar os territórios com base na memória dos moradores; revelar seus usos históricos e contemporâneos; identificar as áreas fundamentais para a reprodução física, material e imaterial do grupo; e reconhecer as potencialidades e os conflitos locais.

Em nossas produções, ressaltamos a importância de recursos naturais como matas preservadas, rios e manguezais para a subsistência e o lazer. O trabalho expressa nosso conhecimento sobre a fauna e a flora locais, além de alertar para as principais ameaças ao território, como o desmatamento e a especulação imobiliária.



Nós, da comunidade de Batateira, destacamos a importância da praia para o turismo, o lazer e a sobrevivência por meio da pesca. Da mesma forma, ressaltamos a relevância ecológica e vital dos rios e fontes para a nossa subsistência, citando como exemplos o Rio da Trovoada, o Rio Caratingui, a Lagoa da Bacia e a Fonte da Tiririca.

As áreas verdes mapeadas foram divididas em três categorias, de acordo com seus usos e importâncias:

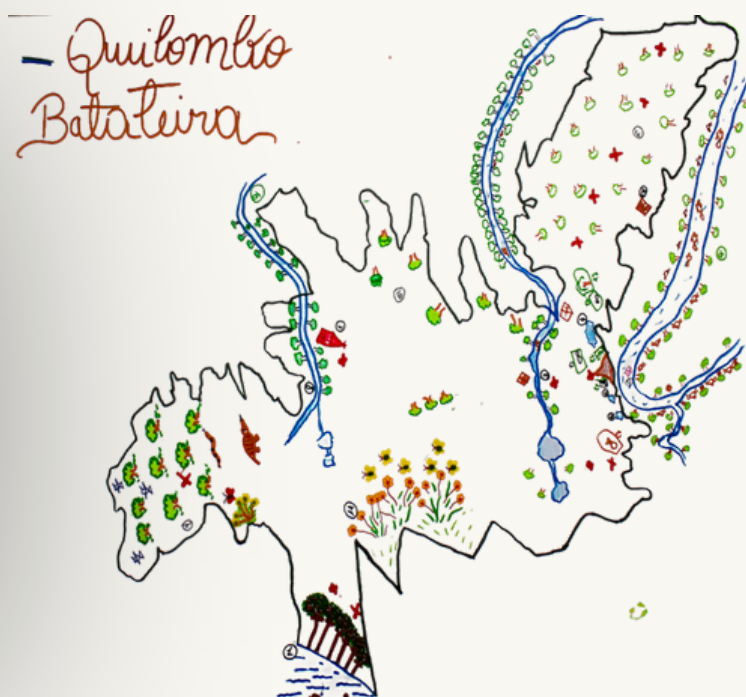
1. Áreas de mata preservada: Essenciais para o futuro das crianças e fundamentais como fonte de alimentação, com destaque para a abundância de frutos e animais.

2. Campos: Espaços onde se destacam flores como orquídeas e gravatás, revelando a importância da beleza natural para a saúde mental e a qualidade de vida.

3. Áreas de plantio: Destinadas ao cultivo de hortaliças e de frutas, como o abacaxi e a banana.

Outros locais de grande relevância foram mapeados, como a Igreja da Conceição, pelo seu valor como patrimônio histórico, e a localidade de Pedrinhas, que desempenha uma função primordial como meio de locomoção.

Por fim, nós, moradores, registramos algumas ameaças ao nosso território. Entre elas, destacam-se o cercamento e a privatização de espaços públicos — a exemplo do que ocorre na praia de Pratigi —, a instalação de empreendimentos e projetos que impactam negativamente localidades como Caratingui e Jetimana, além de conflitos judiciais que atualmente estão em andamento.



mapa elaborado pelos moradores da comunidade quilombola de Batateira em 02/09/2025



Mapa Da Comunidade Quilombola De Boipeba

Mapa elaborado pelos moradores da comunidade quilombola de Boipeba em 04/09/2025



No mapa do território da Comunidade Quilombola de Boipeba, nós optamos por destacar os pontos ao redor da nossa região considerados relevantes por suas características **turísticas, ecológicas e patrimoniais**.

Ressaltamos, primeiramente, a importância das **praias** para o turismo, o lazer e a conservação ecológica, com destaque para a presença de espécies como a tartaruga-marinha, peixes, polvos e moreias. Damos atenção especial também aos **manguezais e às áreas preservadas**, que abrigam uma grande diversidade de fauna — incluindo cobras, pássaros, siris, guaiamuns e insetos —, além das **roças**, que são fundamentais para o cultivo voltado à **subsistência e ao comércio local**.

Como **patrimônio histórico, evidenciamos as nossas antigas fontes**, a exemplo da Fonte de Argemiro e da Fonte de Kaita. Do mesmo modo, destacamos os **caminhos tradicionais**, como o do Ribeirinho, que conecta a vila a praias importantes como Tassimirim.

Por fim, denunciamos as constantes **ameaças** ao nosso território. Entre elas, destacam-se as **cercas** que avançam indevidamente sobre as faixas de nossas praias (a exemplo do trecho que vai do Porto da Barra até a Cueira), sobre áreas de manguezais (como da Estiva à Pitangueira) e sobre as margens de rios, a exemplo do que ocorre na foz do Rio Oritibe.

Nós, da comunidade quilombola do Galeão, ao mapearmos nosso território, destacamos a nossa ampla área de **mata preservada** e seus **morros**, além de importantes **recursos hídricos**, como o Rio do Saruê e o Rio dos Tauá.

No mapeamento, registramos as nossas **fontes antigas**, a exemplo da Fonte de Mara, da Fonte do Outeiro e da Fonte Chico da Luz; **riachos** como o Riachão e o Landí; e **lagos** como o Tapera. As áreas de manguezais recebem atenção especial de nossa parte devido à sua **fauna** característica, que serve como fonte de renda e alimento para a comunidade, incluindo espécies como lambreta, sururu, camarão, caranguejo, siri, ostra, caramuru e diversos peixes. Já as áreas de **mar** abrangem localidades fundamentais como Manguinho, Três Matinhas e Margarida.

Entre os nossos **patrimônios históricos**, ressaltamos a Igreja de São Francisco Xavier (construída no século XVII), a Igreja Capelinha, as ruínas do casarão Quatro Estações, a Pedra dos Santos e o cemitério local.

Apesar de toda essa riqueza natural e cultural, a nossa comunidade aponta graves **ameaças** ao território. Entre os principais problemas estão o **desmatamento**, a expansão de **pastagens** e a presença de dois **lixões** (um antigo e outro ainda ativo). Além disso, alertamos para o risco de impactos ambientais ainda mais severos, como o caso emblemático do Rio Catiganga, que atualmente se encontra completamente seco.

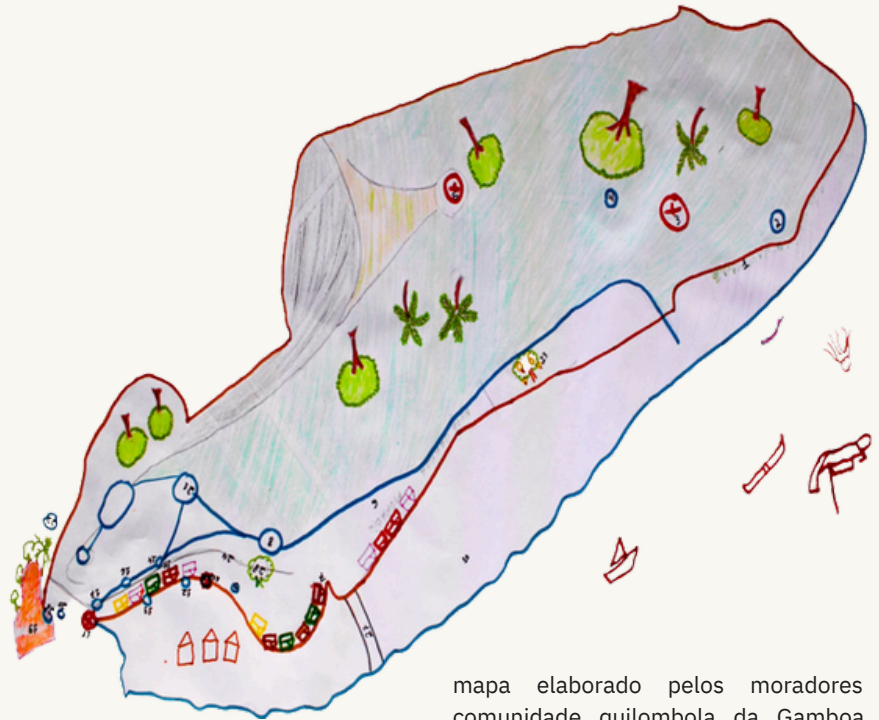


mapa elaborado pelos moradores da comunidade quilombola do Galeão em 01/09/2025

Nossa comunidade quilombola Toque da Gamboa destaca a imensa faixa de **mar** que delimita parte do nosso território e sua importância vital para o **turismo**, o lazer e a **subsistência**. Nessa área, ressaltamos a presença de espécies como o peixe beijupirá, o budião e mariscos como o camarão, além da relevância das embarcações e das formas tradicionais de pesca, a exemplo das **camboas**. Essa faixa de areia termina em um **paredão de argila**, local bastante procurado pelo turismo, mas que atualmente é afetado pela extração irregular desse recurso.

Evidenciamos também, como partes fundamentais do território, as **águas doces**, representadas pelos rios que cortam a região e desaguam no mar, bem como as nossas **fontes**. Entre elas, destacam-se a Fonte do Céu (importante ponto tradicional e turístico), a Fonte do René, a Fonte do Jacaré, a Fonte das Mulheres e a Fonte dos Homens.

No aspecto da conectividade e da biodiversidade, ressaltamos a relevância do **caminho tradicional** conhecido como Estrada Gamboa x Zimbo, que conecta dois territórios quilombolas, assim como a presença de áreas de **mata nativa**, ricas em espécies como mangabeiras e cajueiros.



mapa elaborado pelos moradores da comunidade quilombola da Gamboa em 03/09/2025



Por fim, mapeamos os **pontos sensíveis** e as ameaças ao nosso território. Entre os principais problemas identificados estão as áreas sob **especulação imobiliária**, regiões em processo de implantação de grandes empreendimentos com forte impacto ambiental, além de zonas atingidas pelo **desmatamento** e a permanência do **lixão** existente.



Mapa elaborado pelos moradores da comunidade quilombola de Moreré em 05/09/2025

Ao mapear nosso território, nós, da Comunidade Quilombola de Moreré, destacamos a grande **biodiversidade** existente, começando pelo mar, que, além de ser um espaço de lazer, garante o nosso trabalho e sustento. Entre os animais marinhos ressaltados, os mariscos (**lagosta, siri, aratu**), peixes (**beijupirá, tainha, cioba, caranha, cavala**) e moluscos como o **polvo**.

O território também é atravessado por diversos cursos d'água, incluindo os rios **Jacareis, Nicolau, Zé Macaco e Bainema**; fontes como a do **Estivado** e a de **Lindalva**; além de poços (a exemplo do **Poço do Zeca**), riachos (como o **de Orinha**) e extensas áreas de manguezal. Esses manguezais abrigam uma **fauna abundante**, com predominância de mariscos como o **aratu, a lambreta, o caranguejo e o siri**.

No aspecto histórico e cultural, destacamos **territórios tradicionais** como a **antiga salina** e a **Pina de Ozebe**, onde antigamente produzíamos farinha, além das roças históricas de **Opaba e Cabacaçar**, locais tradicionais de produção de azeite e criação de animais. Por fim, o **“Caminho da Liberdade Quilombola”** foi registrado como uma rota tradicional fundamental que conecta as moradias às praias.

As áreas verdes abrangem extensões de **mata preservada**, que abrigam uma **rica fauna** — incluindo animais como **tatu, paca, tamanduá, porco-espinho, sariguê, cobras, pássaros, macacos e capivaras** — e uma **flora diversa**, composta por espécies como aroeira, jacarandá, murici, amescla, ingá, cajueiro e mangabeira.

Além disso, **nosso território** conta com **roças comunitárias**, onde **cultivamos alimentos** como **aipim, banana, quiabo, pimenta, abóbora, cana, abacate**, entre outras espécies.

Por fim, identificamos áreas sob severa **ameaça**, como a instalação de **grandes empreendimentos** decorrentes da **especulação imobiliária**, a ocorrência de **queimadas irregulares** em áreas de mata e o avanço de **cercas** em torno de moradias, praias, manguezais e braços de rio.

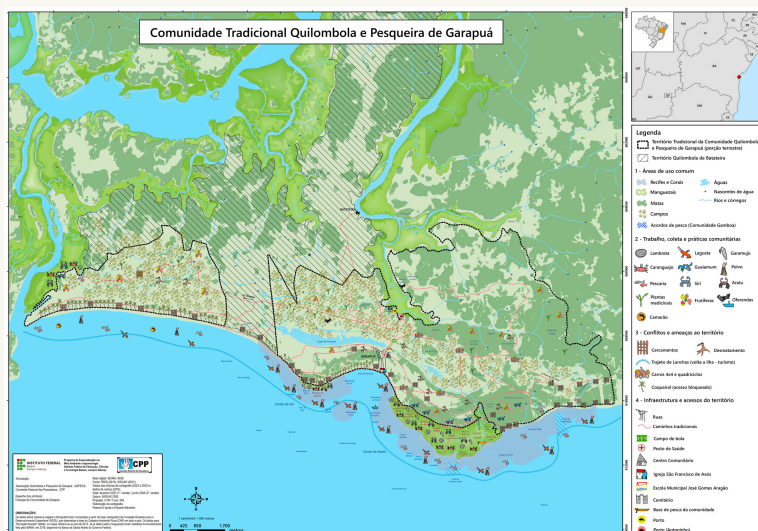
Nós, da comunidade quilombola do Zimbo, ao mapearmos nosso território, destacamos a nossa faixa de praia e a sua grande importância para o lazer, para a pesca — especialmente de peixes como o vermelho, o budião e a barracuda — e como fonte de recurso para uma atividade tradicional praticada pelos moradores: o artesanato com palha de coqueiro.

Indicamos que grande parte do nosso território é composta por áreas de mata, que servem de habitat para animais como tatu, raposa, jiboia, tamanduá, papagaio, jandaia, teiú e capivara. Além disso, ressaltamos nossos rios e nascentes fundamentais, entre os quais se destacam o Rio dos Patos, o Rio Tatiba e a Nascente Pôr-do-sol.

Por fim, identificamos como uma grande ameaça a especulação imobiliária, materializada na construção de grandes empreendimentos que geram severos impactos ambientais, problema que hoje se soma à presença de um lixão em nosso território.



mapa elaborado pelos moradores da comunidade quilombola da Gamboa em 03/09/2025



Nosso mapa destaca a **identidade quilombola**, pesqueira e marisqueira da comunidade, ressaltando o uso tradicional das florestas de **Mata Atlântica** para a coleta de **ervas curativas, frutos, plantas ornamentais, flores, palhas e cipós** para o artesanato, além do cultivo de **aipim, banana e abóbora**.



O sustento e a subsistência local dependem diretamente da **pesca de peixes, lagostas, polvos e camarões** no mar, e da rica biodiversidade de nossos manguezais (da Laje, do Pannã, Canal Nova, Camboa Velha, Pedreira e Vilisboa, além da Enseadinha e da Casa do Paus), de onde as mulheres extraem a lambreta, o caranguejo, o guaiamum, o siri e o aratu.

Para a sobrevivência e abastecimento, a comunidade conta com uma **lagoa** vital e com os **rios Pannã, Carapitangui, Cana Braba, Cabatã e o Rio da Pimenteira**, além de extensos campos repletos de orquídeas.



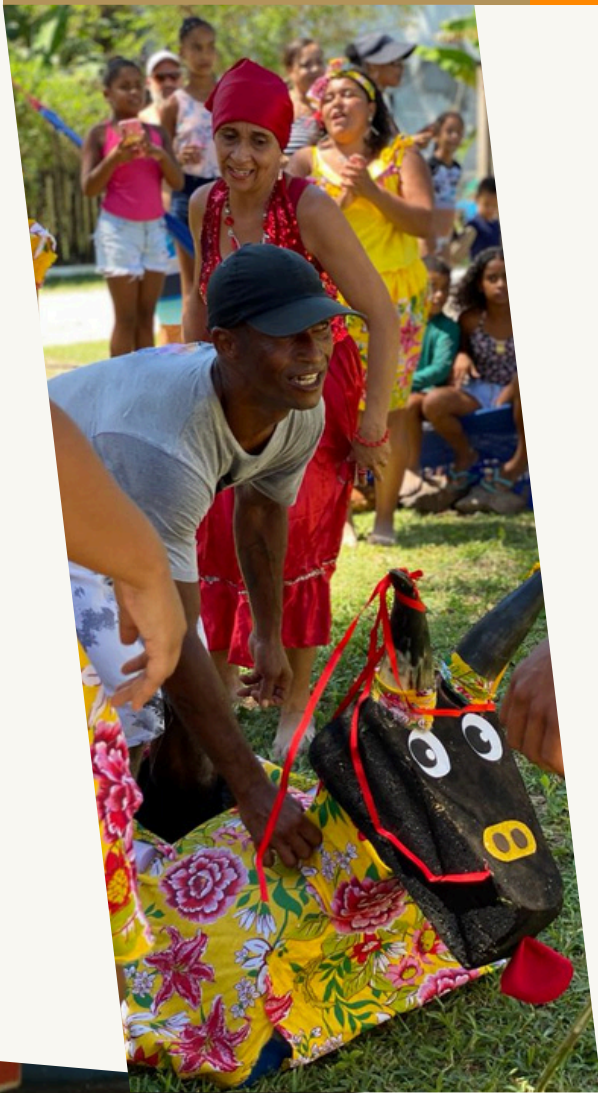
No aspecto **histórico**, o mapeamento resgata a **memória dos terreiros do Lamba** e do Abreu, espaços culturais extintos por empreendimentos externos. Atualmente, o território enfrenta a pressão da especulação imobiliária e de grandes projetos que ameaçam os modos de **vida tradicionais**, gerando o cercamento da faixa de praia, a restrição da circulação dos moradores e o bloqueio de **caminhos ancestrais** por cercas irregulares.



Este mapeamento evidencia a profunda conexão das nossas comunidades quilombolas do arquipélago de Cairu com os nossos territórios, reafirmando a centralidade dos recursos naturais, das práticas culturais e das memórias coletivas na reprodução da vida física, material e imaterial. Em todas as localidades, a terra, os rios, os manguezais, as matas e o mar se revelam como espaços fundamentais de sustento, lazer e identidade.

Ao mesmo tempo, este diagnóstico torna visíveis as ameaças que pesam sobre esses territórios, as quais vão desde a especulação imobiliária impulsionada por empreendimentos de médio e grande porte até o desmatamento e a poluição.

A partir desse reconhecimento, o documento se configura como um potente instrumento de fortalecimento das comunidades, contribuindo diretamente para a valorização de nossos modos de vida e para a construção de estratégias coletivas de resistência e de proteção ambiental.



A photograph of a mangrove forest. The top half shows a dense canopy of green trees. The bottom half shows a sandy path leading to a body of water, with prominent mangrove roots and fallen leaves scattered on the sand.

**PROTOCOLO DE CONSULTA
DAS COMUNIDADES DE TINHARÉ E BOIPEBA**

**Liberdade e Direitos: Juntos
Somos Força e Resistência!!!**

METODOLOGIA E PRINCÍPIOS DA CONSULTA

COMO DEVE SER FEITO O PROCESSO DE CONSULTA:

A consulta a nossas comunidades sobre medidas proposta que possam afetar nossas vidas, propostas por entes públicos ou privados, deve seguir os seguintes passos:

1. Notificação formal da Propostas:

A notificação do proponente sobre suas intenções deve ser obrigatoriamente enviada às sete associações inseridas neste protocolo (em meio físico e digital). Ao notificar as associações quilombolas devem ser repassados os principais documentos e informações sobre o tema consultado de maneira a possibilitar uma compreensão integral e adequada da proposta.

As datas de atividades relacionadas ao processo de consulta serão decididas pelas comunidades consultadas considerando suas necessidades e seu modo de vida;

Os projetos submetidos ao processo de consulta, quando pertinentes, deverão ter prévio parecer do Conselho Gestor da APA das ilhas de Tinharé e Boipeba.

2. Apresentação inicial da proposta:

Os proponentes devem, inicialmente, apresentar a proposta, em conjunto, para os representantes das associações quilombolas de todas as comunidades que integram este protocolo. A critério das associações, podem ser convidados parceiros das comunidades neste momento inicial.

3- Análise preliminar da proposta:

A proposta será discutida previamente pelos representantes em cada comunidade integrante desse protocolo, sem a participação do interessado, onde será agendado o momento e o modo adequado para o interessado apresentar a proposta diretamente para cada comunidades.

Quando se tratar de um impacto sobre todas as comunidades, todas as comunidades afetadas serão envolvidas na consulta.

Quando se tratar de um impacto específico sobre uma ou algumas comunidades, a consulta poderá ser concentrada na/s comunidade/s impactada/s.

A decisão sobre a extensão da consulta caberá em conjunto aos Coordenadores das Associações quilombolas que integram este protocolo.

As coordenações das associações quilombolas das comunidades participantes da consulta em conjunto são a instância legítima para dirimir divergências entre as coordenações de cada comunidade que integram este protocolo;

4. Apresentação da proposta em cada comunidade afetada:

O proponente deverá apresentar a proposta diretamente em cada comunidade afetada.

Esta apresentação diretamente pelo proponente deverá ocorrer após a comunidade deter informações suficientes e adequadas para participar ativa e qualitativamente das discussões.

5. Análise Interna e Autônoma:

Após deter informações suficientes e adequadas, as comunidades afetadas analisarão a proposta sendo assegurado que:

As reunião e debates internos ocorrem de forma livre, sem a presença do proponente, pois não aceitamos a interferência de pressões externos durante o nosso processo de entendimento;

As comunidades podem requerer parecer e se reunir com técnicos, pesquisadores e parceiros de confiança para aprofundar o conhecimento sobre a proposta;

A critério das coordenações das associações quilombolas, serão organizadas rodas de conversas para ouvir crianças, jovens, pescadores e pescadoras, mulheres e idosos.

Os idosos serão escutados com atenção especial devido o grande respeito que a comunidade tem por sua sabedoria e ancestralidade. Serão escutados grupos específicos, principalmente aqueles especialmente afetados ou beneficiados pela proposta.

Caso persistam dúvidas acerca das informações disponibilizadas pelo proponente, as comunidades afetadas poderão requisitar esclarecimentos ou complementação das informações através de documentos ou apresentações presenciais, a critério das comunidades.

Após a disponibilização dos dados requisitados, os novos dados serão analisados de modo interno e autônomo sem a presença do proponente. Este ciclo pode se repetir quantas vezes a comunidade considerar necessária para a formação de seu entendimento.

6 – Decisão final das comunidades sobre a proposta de forma participativa e democrática:

Após deter todas as informações necessárias e adequadas ao entendimento da proposta, as comunidades decidirão de maneira participativa e democrática, primando pelo consenso, e comunicarão ao interessado de maneira formal.

A proposta submetida a consulta pode ser rejeitada, aprovada integralmente, aprovada parcialmente, aprovada com restrições ou condicionadas a alterações.

7- Criação de mecanismos de acompanhamento e fiscalização das decisões tomadas:

Após decidir sobre a proposta, as comunidades estabelecerão mecanismos de acompanhamento e fiscalização da implementação das decisões tomadas durante a execução da proposta objeto da consulta.

PRINCÍPIOS IMPORTANTES PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE CONSULTA:

1. COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:

A consistência e a boa-fé das informações são a base para o estabelecimento de uma relação de confiança.

A linguagem precisa ser clara e contar com múltiplos instrumentos de comunicação. Todas as informações, documentos e apresentações devem ser feitos de modo objetivo e em linguagem acessível, sem termos técnicos excessivos que dificultem a compreensão das comunidades.

As informações precisam ser transparentes e de boa-fé, não devendo haver ocultação de dados. O proponente tem o dever de ser honesto sobre todas as etapas do projeto.

Deve haver uma apresentação clara do mapa de impactos. É obrigatória a comunicação detalhada de todos os impactos e das áreas atingidas, sejam elas diretas ou indiretas, respeitando sempre o Princípio da Boa-fé.

2. RESPEITO AOS SABERES E AUTONOMIA:

O processo de consulta não é uma via de mão única, mas deve reconhecer a nossa história e a nossa organização.

O conhecimento tradicional, a relação com a terra e com a água, bem como a sabedoria dos nossos ancestrais e de nossas lideranças, devem ser valorizados e levados em conta tanto quanto os estudos científicos.

3. CARÁTER LIVRE, PRÉVIA, INFORMADA E VINCULANTE:

As comunidades consultadas devem ser protegidas de toda espécie de pressão externa. A consulta deve ser implementada antes que as medidas afetem suas vidas, e todas as informações necessárias ao processo devem ser oferecidas como condição para a tomada de decisões. Além disso, o proponente deve manifestar sua concordância em respeitar as decisões tomadas pelas comunidades consultadas.

Alterações em projetos já existentes também devem ser objeto de consulta.

4. SOBERANIA DO PROTOCOLO:

O proponente e os órgãos públicos devem, obrigatoriamente, respeitar as decisões tomadas conforme este protocolo de consulta.

**Povo unido na luta
Defende o chão ancestral,
Contra força do capital
A comunidade luta.
Quem chega ouve, escuta...
A nossa soberania,
Pois a nossa melhor guia
É a voz da liberdade:
Somos força, resistência...
Que salva identidade!**

A P O I O



act:onaid

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

 **DIE STERNSINGER**
KINDERMISSIONSWERK